

Nota Informativa

Edição 062/2024

DESTAQUES

Lula nomeia conselheiros para Anatel e ANAC

Primeiro texto para regulamentar reforma tributária chega ao Congresso pressionado pela eleição

Marco Civil da Internet completa dez anos

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Laboratório de Inovação e criação de Equipe Nacional de Tecnologia e Inovação da AGU são destaque em conferência nacional

Google proíbe anúncios políticos nas eleições de 2024 para cumprir normas do TSE

Anatel vai ao Ministério dos Povos Indígenas a fim de viabilizar Infovia 02

Biden sanciona lei que pode proibir TikTok nos EUA

Nova Indústria Brasil prevê revisão do marco regulatório de TICs

Conselhão lança Plano Brasil Digital 2030+ com nova secretaria ligada a Lula

Governo precisa reagir, e logo, pela transformação digital

Relator apresenta parecer de projeto sobre Inteligência Artificial na quarta

GT do PL das Fake News segue sem previsão de instalação

Para Baigorri, plataformas digitais só caberão à Anatel 'a depender do que se quer regular'

Ministério das Comunicações planeja conectar infraestrutura de internet até o Pacífico e dar mais segurança à rede brasileira

AGU e Google estudam cooperação para combater desinformação no Brasil

ANAC realiza a abertura da 1ª Digital Week e lança novo aplicativo

Relatório da OCDE destaca a CGU pelas iniciativas inovadoras em Inteligência Artificial Generativa

REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira volta a defender aprovação da regulamentação da reforma tributária até o final do semestre

Telecom define prioridades na regulamentação da reforma tributária

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo indica substitutos para Conselho da Anatel; Camarate abre a lista

Julio Semeghini assume presidência do conselho da Telebras

CONSUMIDOR

Confiança do consumidor volta a crescer em abril, diz FGV

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Governo ingressa ação no STF para anular desoneração da folha

BC não deveria votar para definir meta de inflação, diz Galípolo

Prazo para autorregularização de débitos vinculados a subvenções para investimento vence em 30 de abril

Arrecadação perde ritmo, mas tem novo recorde em março

Meta fiscal de 2024 não muda, mas precisa ser acompanhada, afirma Durigan

Governo estuda abertura de capital para micro e pequenas empresas

Acordo de cooperação entre Defesa e BNDES pode gerar novas fontes de recursos

POLÍTICA

Lira diz que regulamentação do trabalho de motoristas não tinha votos para ir ao plenário

Plano sugere criar secretaria especial para tornar país 100% digital

Padilha e Rui Costa vão ao Senado se reunir com Pacheco e Lira sobre sessão de vetos

PL monta ofensiva para virar maior bancada do Senado e fortalecer oposição a Lula

Lula minimiza resultados negativos em pesquisas sob o argumento de que 'sabe o que está fazendo'

Governo Lula quer usar inteligência artificial para monitorar popularidade nas redes

TRABALHISTA

Governo lança campanha Autonomia Com Direitos, voltada a motoristas de aplicativos

DESTAQUES

Lula nomeia conselheiros para Anatel e ANAC

Poder Executivo | 24/04/2024– 06h43min

Lula nomeou na quarta-feira os indicados para integrar os conselhos diretores e consultivos da Anatel e da Anac. Assumem no conselho diretor da Anatel: Cristina Camarate Silveira Leão Quinalia, como primeira substituta; Daniel Martins d'Albuquerque, como segundo substituto, e Vinicius Oliveira Caram Guimarães, como terceiro substituto. Já no Conselho Consultivo Anatel, Paloma Rocillo Rolim do Carmo vai representar os usuários de serviços de telecomunicações, com mandato até 16 de fevereiro de 2027, na vaga de Igor Rodrigues Britto. Fabrício da Mota Alves vai representar o Senado na vaga de Fábio Veras de Souza, enquanto Natália Morato Camargos representa a Câmara dos Deputados na vaga de David Bezerra Ribeiro Soares. E Gil Pinto Loja Neto vai representar o Poder Executivo. Todos têm mandato até 16 de fevereiro de 2027. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Primeiro texto para regulamentar reforma tributária chega ao Congresso pressionado pela eleição

Poder Executivo | 24/04/2024– 05h01min

Pressionado pelo calendário eleitoral, o governo entrega na quarta-feira (24) o primeiro de três textos para regulamentar a reforma tributária. O projeto de lei complementar terá quase 300 páginas e cerca de 500 artigos e vai detalhar as regras do novo sistema, inclusive a transição do regime atual para o futuro, que deve começar a entrar em vigor a partir de 2026. Esse primeiro projeto tratará das regras de funcionamento dos novos tributos criados por emenda constitucional no ano passado: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal; o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), dos Estados e municípios; e o Imposto Seletivo (IS), para desestimular o consumo de produtos que causem “externalidades negativas”. Serão ainda oito páginas apenas com revogações de leis anteriores, capítulos à parte para os regimes específicos, e a definição dos produtos da cesta básica. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), diz que trabalhará para garantir a aprovação da regulamentação da reforma ainda no primeiro semestre. Mas, segundo parlamentares ouvidos pelo Valor, o tamanho e a complexidade do texto torna improvável que isso aconteça. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Marco Civil da Internet completa dez anos

Poder Executivo | 23/04/2024– 17h34min

Celebramos uma década desde a sanção da Lei nº 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet. Essa legislação estabeleceu direitos e deveres para usuários, empresas e governo na rede. Os últimos 10 anos foram marcados por avanços significativos na proteção da liberdade de expressão, da privacidade e da neutralidade da rede. No

entanto, à medida que a tecnologia evolui e novos desafios surgem, torna-se fundamental reconhecer a necessidade de revisar o Marco Civil para enfrentar questões prementes, como a disseminação de desinformação e ataques ao Estado Democrático de Direito. A disseminação desenfreada de desinformação em plataformas digitais coloca em risco a integridade do debate público e a confiança nas instituições democráticas. É fundamental que o Marco Civil seja atualizado para fornecer orientações claras sobre a responsabilidade das plataformas online na moderação do conteúdo e na promoção da veracidade das informações. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Laboratório de Inovação e criação de Equipe Nacional de Tecnologia e Inovação da AGU são destaque em conferência nacional

Poder Executivo | 24/04/2024 – 13h45min

A Advocacia-Geral da União (AGU) participou, na terça-feira (23/04), da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), realizada no Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília. O evento discutiu “O papel dos órgãos de controle nas políticas de ciência, tecnologia e inovação” e foi promovido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com apoio da AGU. Durante a programação, a chefe de Gabinete do advogado-geral da União, Leila de Moraes, falou sobre a implementação da política pública de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e sobre o Laboratório de Inovação da AGU. Ela lembrou que a política da inovação é transversal, pois conversa com várias outras políticas de Estado, como as políticas energética, agropecuária, educacional, industrial e de meio ambiente. Fonte: ASCOM AGU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Google proíbe anúncios políticos nas eleições de 2024 para cumprir normas do TSE

Mercado | 24/04/2024 – 13h25min

O Google vai proibir, a partir de maio deste ano, o impulsionamento de conteúdos políticos em todas as suas plataformas. A big tech vai atualizar a política que vigora atualmente no Google Ads, que é a interface de compra e venda de anúncios. A mudança foi promovida para atender as exigências de uma resolução publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em fevereiro deste ano. As alterações vetam o impulsionamento de qualquer tipo de anúncio que fale sobre eleições, partidos políticos, federações e coligações, cargos eletivos, propostas de governo, projetos de lei, exercício do direito ao voto e de outros direitos políticos ou matérias relacionadas ao processo eleitoral. A decisão do Google foi revelada pelo site Poder360 e confirmada pelo Estadão. O Estadão apurou que a big tech passou os últimos dois meses imersa em discussões internas para definir como iria cumprir as regras do TSE. Em nota, o Google afirma que a medida foi adotada para “não mais permitir a veiculação de anúncios políticos no país”. “Temos o compromisso global de apoiar a integridade das eleições e continuaremos a dialogar com autoridades em relação a este assunto”, diz o texto. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel vai ao Ministério dos Povos Indígenas a fim de viabilizar Infovia 02

Poder Executivo | 24/04/2024 – 13h06min

Mais um desafio surgiu na implantação das infovias de fibra óptica que cortam os rios da Amazônia: o licenciamento das estruturas que cortam territórios de povos indígenas

da região, relatou o superintendente de outorga e recurso à prestação da Anatel, Vinicius Caram. Segundo ele, 40 aldeias localizadas em raio de até 5 Kkm do rio em que estará a Infovia 02. O trecho vai de Tefé a Atalaia do Norte, no estado do Amazonas. A fim de acelerar o processo, e atendendo à demanda o Ministério dos Povos Indígenas, uma reunião sobre o assunto foi marcada para esta quarta-feira. Nela, representantes da pasta, do MCOM, da Anatel, da EAF/Siga Antenado, do Ibama e da Funai detalharam o que falta para o licenciamento sair. A EAF se comprometeu a entregar documentos que ainda estão pendentes, como o chamado Estudo do Componente Indígena (ECI), que avalia o impacto da obra sobre os povos indígenas locais. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Biden sanciona lei que pode proibir TikTok nos EUA

Poder Executivo | 24/04/2024 – 12h31min

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sancionou na quarta-feira (24) um projeto de lei que proíbe o TikTok no país se a empresa proprietária do aplicativo, a chinesa ByteDance, não se desfazer do aplicativo de vídeos curtos nos próximos nove meses a um ano. A plataforma de mídia social é particularmente popular entre os jovens norte-americanos com tendência de esquerda, um grupo crucial para Biden nas eleições de novembro contra o ex-presidente Donald Trump. O presidente-executivo do TikTok, Shou Zi Chew, disse após a sanção de Biden que a empresa espera vencer uma contestação judicial contra a legislação. “Fiquem tranquilos, não vamos a lugar algum”, disse ele em um vídeo postado momentos depois que Biden sancionou a lei. “Os fatos e a Constituição estão do nosso lado e esperamos prevalecer novamente.” Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Nova Indústria Brasil prevê revisão do marco regulatório de TICs

Mercado | 24/04/2024 – 10h

A Nova Indústria Brasil (NIB), a política industrial que pretende impulsionar o desenvolvimento nacional até 2033, promoverá fará uma revisão de marcos regulatórios de TICs. O debate irá incluir questões ligadas a semicondutores, melhoria na atuação dos órgãos de financiamento e Inteligência Artificial, cujo relatório de projeto de lei deve ser apresentado na quarta-feira, 23, no Congresso Nacional. Os próximos passos da NBI foram detalhados na terça-feira, 23, durante painel sobre “O desenvolvimento da indústria local de TIC. A voz das empresas, governo e financiadores públicos” realizado no primeiro dia do evento Conexão Brasil-África. Essas ações estão previstas na Missão 4 da NBI, segundo o secretário Henrique de Oliveira Miguel, de Ciência e Tecnologia para a Transformação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. “Já constam de ações previstas na Missão 4 o aperfeiçoamento e a revisão de todo marco regulatório, inclusive o programa para os componentes do caso semicondutores”, destacou o gestor público. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselhão lança Plano Brasil Digital 2030+ com nova secretaria ligada a Lula

Poder Executivo | 24/04/2024 – 08h52min

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o chamado “Conselhão”, lançará na manhã da quarta-feira (24) o “Plano Brasil Digital 2030+”. A iniciativa mostra um quadro alarmante da situação do país nas áreas de educação e inovação. Ao tomar como exemplo as estratégias digitais bem-sucedidas de outros países, o plano apresenta o diagnóstico e o conjunto de 27 ações para que o Brasil avance no processo de transformação digital e se torne referência mundial. O plano prevê ainda a criação de um novo órgão, com atuação próxima ao presidente da República, para centralizar o

planejamento e definir ações práticas para os demais órgãos de governo. A chamada Secretaria Especial para Transformação Digital será ligada ao Palácio do Planalto, com servidores próprios incumbidos da missão de coordenar e monitorar políticas de digitalização do país. Se criado, o órgão contará com apoio do Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital) e do Conselho Consultivo para a Transformação Digital.

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo precisa reagir, e logo, pela transformação digital

Mercado | 24/04/2024

Conselheiros que tratam dos temas de TICs no Conselhão começaram a bater bumbo para tentar convencer o governo federal a avançar com a proposta de criação de uma estrutura centralizada para tocar a governança de uma agenda digital para o Brasil. Essa agenda começou a ser costurada pela comissão de tecnologia, inovação e transformação digital do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, instância não originalmente prevista na recriação do CDESS, criada a partir dos próprio integrantes. Materializada no Plano 2030+, essa agenda aborda linhas de ação, metas, indicadores e políticas focadas no estímulo à educação digital, crescimento sustentável do PIB, estímulo à inovação e no aumento significativo da relevância internacional do Brasil. “O Brasil precisa de um plano de médio prazo para a transformação digital. Tem muito acúmulo na sociedade e se o governo tiver ouvidos abertos, certamente vai ganhar novos parâmetros de administração. Mas tudo isso é letra morta se a gente não conseguir convencer os decisores do governo, as estruturas burocráticas, de que este é o caminho para avançar”, explica o secretário executivo do Conselhão, Paulo Pereira. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator apresenta parecer de projeto sobre Inteligência Artificial na quarta

Poder Legislativo | 24/04/2024

O senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator do projeto de lei que regulamenta o uso de Inteligência Artificial, irá apresentar o parecer sobre a iniciativa na tarde da quarta-feira. A previsão é que o texto ainda passe por mudanças. Gomes já avisou que vai receber sugestões de emendas ao texto e deve fazer alterações antes da votação. Inicialmente a comissão tinha um prazo que ia até o final de abril, mas ela foi prorrogada para o dia 23 de maio. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é o autor do texto, deseja que o projeto seja aprovado, tanto no Senado, quanto na Câmara, antes da reunião do G20, em novembro. Eduardo Gomes vai propor que a regulamentação da IA seja feita por um novo órgão ligado ao governo. A ideia é criar um comitê gestor que reunirá representantes de agências reguladoras e do Banco Central. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

GT do PL das Fake News segue sem previsão de instalação

Poder Legislativo | 23/04/2024 – 23h02min

No seminário de regulação de plataformas organizado pela Coalizão Direitos na Rede (CDR) na terça-feira, 23, na Câmara dos Deputados, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) disse que o GT do projeto de lei 2.630/2020, anunciado pelo presidente Arthur Lira (PP-AL) há algumas semanas, segue sem previsão de instalação. Silva disse que Lira pretende compô-lo com pelo menos um integrante de cada partido, e que a preocupação maior do presidente da Câmara dos Deputados é "descontaminar" o texto das narrativas que circularam durante a sua tramitação – como a de que o PL retira a liberdade de expressão ou que criaria um "ministério da censura". Segundo Orlando Silva, ex-relator do projeto de

lei, isso foi uma das pendências sobre a matéria entre os parlamentares. "O que fica de pendência diz respeito a liberdade de expressão, em função da operação da entidade reguladora e fiscalizadora. Mas isso tem como pano de fundo uma questão mais ideológica do que política", disse. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Para Baigorri, plataformas digitais só caberão à Anatel 'a depender do que se quer regular'

Poder Executivo | 23/04/2024 – 21h16min

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Baigorri, pontuou na terça-feira, 23, as ressalvas na posição da autarquia para incorporar atribuições frente às plataformas digitais. Para ele, a Anatel pode até ser a entidade responsável, mas "depende do que se quer regular". "Se você quer regular o uso de dados que as plataformas fazem, não tenho dúvida nenhuma de que a ANPD [Autoridade Nacional de Proteção de Dados] é a responsável; se você quer regular desinformação, discurso de ódio, esse tipo de coisa, não sei se faz sentido algum órgão do Estado ficar monitorando, de forma paulatina, o que está sendo dito nas redes sociais", exemplificou Baigorri, durante simpósio Regulação de Plataformas Digitais e a urgência de uma Agenda, realizado pela Coalizão Direitos na Rede, na Câmara dos Deputados. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministério das Comunicações planeja conectar infraestrutura de internet até o Pacífico e dar mais segurança à rede brasileira

Poder Executivo | 23/04/2024 - 17h29min

O Ministério das Comunicações está desenvolvendo um plano para que a infraestrutura de internet brasileira não dependa apenas dos cabos de fibra ótica submarinos instalados no Oceano Atlântico e que atualmente são responsáveis por 99% do tráfego de dados nacionais. A ideia é que a rede nacional também tenha uma conexão com os cabos submarinos instalados do outro lado do continente, com a conexão que também é feita por meio do Oceano Pacífico, e dar mais segurança e estabilidade para o seu funcionamento. "Isso permitirá que a infraestrutura da internet brasileira tenha mais possibilidades de se conectar com o restante do mundo, tenha ainda mais redundância, no termo técnico. Se uma conexão está sobrecarregada ou teve algum problema, o tráfego de dados é feito por uma alternativa", diz o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

AGU e Google estudam cooperação para combater desinformação no Brasil

Poder Executivo | 23/04/2024 – 16h13min

A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Google Brasil estudam a formalização de memorando de entendimento com o objetivo de estabelecer cooperação e troca de informações permanentes para fortalecer o combate à desinformação no país. A iniciativa foi acertada na manhã de terça-feira (23) em reunião realizada da sede do órgão federal, em Brasília. No encontro, o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o diretor de relações governamentais e políticas públicas do Google Brasil, Marcelo Lacerda, discutiram outros meios de colaboração no debate envolvendo o enfrentamento da desinformação. "A gente precisa valorizar, do ponto de vista até da civilidade, as empresas e as instituições que querem fazer conosco um debate sério", afirmou Messias, numa referência ao que chamou de postura colaborativa da empresa. O advogado-geral da União afirmou reconhecer o trabalho institucional sério que vem sendo realizado pelo Google e a Meta no Brasil na discussão sobre a regulamentação das redes sociais junto às autoridades brasileiras. "E o

que é fazer um trabalho sério? Vocês têm concordâncias em muitos pontos e em outros tem discordâncias, mas fazem isso no campo democrático, não interdita o debate”, afirmou. “Não tem agenda oculta, tem um jogo aberto. E o processo político é assim mesmo, né? A política existe para ordenar esses conflitos e ordenar a vida em sociedade. E a gente tem conseguido construir, na minha avaliação, avanços”, afirmou. Fonte: ASCOM AGU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANAC realiza a abertura da 1ª Digital Week e lança novo aplicativo

Poder Executivo | 23/04/2024 – 16h

Começou na segunda-feira, 22 de abril, a primeira edição da Digital Week da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), evento híbrido que vai até a sexta-feira, dia 26 de abril. O contexto da realização do evento é a publicação da nova estratégia digital da Agência que tem o objetivo de aprimorar a interação com os usuários e tornar mais eficientes os serviços prestados pela ANAC. Para o diretor-presidente da Agência, Tiago Pereira, a grande conquista da ANAC é a criação do super app. “É uma nova forma de interagir com o usuário, para que ele possa acompanhar toda a jornada de serviços que a Agência oferece”, ressaltou. Para a diretora de Difusão da Transformação Digital da Secretaria de Governo Digital (SGD), Loyane Tavares, a transformação digital do governo vai além da simples entrega de sistemas e está focada no uso das tecnologias em prol do cidadão. Participaram também da abertura do evento o diretor do Serviço Federal de Processamento de dados (Serpro), André de Cesero, e o presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves (AOPA) Brasil, Humberto Gimenes Branco. Fonte: ASCOM ANAC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relatório da OCDE destaca a CGU pelas iniciativas inovadoras em Inteligência Artificial Generativa

Poder Executivo | 22/04/2024 – 15h57min

A Controladoria-Geral da União foi citada em relatório da OCDE pela aplicação de Inteligência Artificial (IA) generativa para aprimorar a eficiência de suas ações. A iniciativa é o desenvolvimento de um Grande Modelo de Linguagem (conhecido como Large Language Model – LLM), que poderá ser utilizado para o processamento seguro e a um custo menor de dados pela Administração Pública. A CGU publicou recentemente um artigo científico com os primeiros resultados do desenvolvimento e uso do seu LLM no workshop Public Sector LLMs: Algorithmic and Sociotechnical Design em uma das maiores conferências de IA (AAAI'24). Além disso, a CGU inova com o desenvolvimento de ferramentas específicas de IA, como um chat baseado em inteligência artificial generativa focado em relatórios de auditoria emitidos pelo próprio Órgão, que facilita o acesso a informações e conhecimentos gerados pela instituição. Também estão sendo criadas funcionalidades de apoio aos auditores durante todo o ciclo das auditorias, do planejamento até o monitoramento de recomendações e registro dos benefícios decorrentes dos trabalhos, ajudando a analisar vastas quantidades de dados não estruturados e otimizar a elaboração de documentos. Fonte: ASCOM CGU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira volta a defender aprovação da regulamentação da reforma tributária até o final do semestre

Poder Legislativo | 24/04/2024 – 14h33min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), voltou a defender a

votação da regulamentação da reforma tributária até o final do semestre. O líder do governo, deputado José Guimarães, afirmou que o Executivo vai mandar dois projetos amplos sobre o tema na quarta-feira (24). Lira disse esperar a proposta para estabelecer um calendário de discussões e votações. Uma das ideias, segundo o presidente, seria criar um Grupo de Trabalho para facilitar a análise da proposta. Ele participou de evento promovido pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil na quarta-feira (24). “Assim que o governo mandar as propostas da regulamentação da reforma, vamos fazer publicar uma previsão de calendário de trás pra frente e vamos nos empenhar bastante para que a gente possa discutir e ter um final bem proveitoso”, disse. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Telecom define prioridades na regulamentação da reforma tributária

Poder Legislativo | 23/04/2024 – 22h46min

Com a perspectiva de largada da discussão legislativa de regulamentação da reforma tributária, o setor de telecomunicações já tem definidos seus principais pontos de preocupação no debate, apontam operadoras e especialistas que atuam na cadeia. O texto principal com o regramento da reforma deve chegar ao Congresso na quarta-feira, 24. Entre os aspectos observados por telecom estão a complexidade da fase de transição tributária; regras para tributação no destino; possíveis alíquotas menores para serviços digitais; a dinâmica dos créditos que devem garantir a não-cumulatividade do novo IVA dual (IBS/CBS); o pleito por cashback para usuários; e uma garantia de que, considerando os fundos setoriais de telecom, a carga do segmento não aumente. Os pontos de atenção foram discutidos na terça-feira, 23, durante evento promovido em São Paulo pelo escritório Cescon Barrieu. Presidente executivo da Conexis, que reúne as principais operadoras do País, Marcos Ferrari lembrou que a carga tributária efetiva do setor é de 29,3% – o que levaria a pleito por uma alíquota de CBS e IBS "a menor possível". Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo indica substitutos para Conselho da Anatel; Camarate abre a lista

Poder Executivo | 24/04/2024 – 10h15min

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou decreto com a lista tríplice de substituição para vagas em aberto no Conselho Diretor da Anatel. Atual superintendente de relações com consumidores da agência, Cristiana Camarate é a primeira substituta. A relação foi publicada no Diário Oficial da União da quarta-feira, 24. O segundo nome é o do superintendente de administração e finanças da Anatel, Daniel Martins Albuquerque, enquanto o superintendente de outorgas e recursos à prestação, Vinicius Caram, fica com a terceira vaga de substituição no Conselho. Os substitutos podem atuar pelo período máximo de 180 dias, sucedendo-se na ordem da lista tríplice. As escolhas derivam de relação com nove nomes apontados ainda em novembro pela Anatel para substituição no colegiado. Na ocasião, representantes da agência também defenderam que a representatividade do gênero feminino fosse uma das questões levadas em conta. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Julio Semeghini assume presidência do conselho da Telebras

Poder Legislativo | 24/04/2024

O ex-deputado federal, Julio Semeghini, foi aprovado na terça, 23, por indicação do Ministério das Comunicações, a ocupar posição no conselho da Telebras e a expectativa é

que ele se torne o presidente do colegiado da estatal quando o conselho de administração realizar a votação, no próximo dia 30. A informação foi dada em primeira mão pelo site Teletime. Semeghini foi Deputado Federal eleito entre 1999 e 2015, mas licenciou-se entre 2007 e 2015 para assumir o cargo Secretário de Gestão Pública do Estado de São Paulo. Ele foi ainda Secretário Executivo do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em 2018, no início do governo Bolsonaro, a convite do então ministro Astronauta Marcos Pontes, mas deixou o cargo em 2020. A se confirmar a eleição de Semeghini para a presidência do conselho da Telebras, será a primeira vez desde 2011, quando a Estatal foi reativada, que a posição não será ocupada por um secretário responsável diretamente pela formulação das políticas setoriais. Até, apenas secretários de telecomunicações ou secretários executivos do MCom ou MCTIC ocuparam a presidência do conselho da estatal. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CONSUMIDOR

Confiança do consumidor volta a crescer em abril, diz FGV

Mercado | 24/04/2024 – 08h09min

O Índice de Confiança do Consumidor voltou a subir, para 93,2 pontos em abril, ou 1,9 ponto a mais que os 91,3 pontos de março, informou na quarta-feira (24) a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em médias móveis trimestrais, o índice avançou 0,8 ponto, para 91,4 pontos, após seis quedas seguidas. Anna Carolina Gouveia, economista do FGV/Ibre, comentou em nota que a melhora da confiança no mês foi influenciada, principalmente, pelas expectativas para os próximos meses, enquanto a percepção sobre a situação atual ficou praticamente constante entre março e abril. Entre as faixas de renda, a alta da confiança ocorreu nas faixas mais baixas, com maior magnitude na faixa 1 (renda de até R\$ 2.100,00).

Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Governo ingressa ação no STF para anular desoneração da folha

Poder Executivo | 24/04/2024 – 15h02min

O governo federal, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), ingressou uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) na quarta-feira, 24, com o objetivo de declarar a inconstitucionalidade da prorrogação da desoneração da folha de pagamento a 17 setores da economia e de municípios, objeto de projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional do final do ano passado e mantido após veto. A alegação é de que a medida se deu “sem a adequada demonstração do impacto financeiro, conforme exigido pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias”. No pedido, a AGU destaca que a falta de previsão orçamentária representa uma “lacuna gravíssima, sobretudo se considerado o fato de que a perda de arrecadação anual estimada pela Receita Federal do Brasil com a extensão da política de desoneração da folha de pagamento é da ordem de R\$ 10 bilhões anuais”. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BC não deveria votar para definir meta de inflação, diz Galípolo

Poder Executivo | 24/04/2024 – 14h03min

O diretor de Política Monetária do BC (Banco Central), Gabriel Galípolo, disse que a autoridade monetária não deveria votar para definir a meta de inflação do Brasil. Para ele, a

decisão deveria ser feita pelo “poder democraticamente eleito” e o BC tem “autonomia” para perseguir a meta. “Nós recebemos um mandato do poder democraticamente eleito”, disse na 4ª feira (24.abr.2024) a investidores e empresários em São Paulo. “Assim como na empresa de vocês, meta não é para se discutir. Meta é para se perseguir. O nosso mandato está determinado pelos representantes do poder democraticamente eleito. Eu sou até talvez de uma posição mais radical aqui de que o BC nem deveria votar, no CMN, a meta de inflação”, completou. A meta de inflação é definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) e é responsabilidade do Banco Central atuar para cumprir o objetivo inflacionário. Atualmente, o comitê é formado por 3 votos: 1 do ministro da Fazenda, Fernando Haddad; 1 da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; e 1 do presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Prazo para autorregularização de débitos vinculados a subvenções para investimento vence em 30 de abril

Poder Executivo | 24/04/2024 – 10h56min

Contribuintes têm até o dia 30 de abril de 2024 para realizar a autorregularização de débitos tributários vencidos até 31 de dezembro de 2022. Este prazo é crucial, especialmente diante da recente decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça sobre os embargos de declaração relacionados ao julgamento do Tema 1.182 (EDcl no REsp nº 1945110-RS), abordando o tratamento fiscal das subvenções para investimento relativas ao ICMS, exceto créditos presumidos. A decisão do STJ, alinhada à interpretação da Receita Federal do Brasil, estabelece que os contribuintes são dispensados apenas da necessidade de comprovação de que o benefício fiscal do ICMS foi concedido com o intuito de subsidiar investimentos. Porém, é responsabilidade do contribuinte tratar o benefício fiscal como subvenção de investimento, seguindo os requisitos estipulados pela legislação, incluindo a destinação do resultado para a implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

Fonte: ASCOM Receita Federal

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Arrecadação perde ritmo, mas tem novo recorde em março

Poder Executivo | 24/04/2024 – 09h17min

Apesar da desaceleração, a arrecadação federal seguiu forte em março e somou R\$ 190,6 bilhões, alta real (descontada a inflação) de 7,2%, em relação ao mesmo período de 2023. Foi um valor recorde para meses de março na série histórica iniciada em 1995. O resultado foi influenciado pelo desempenho da atividade econômica e pela última parcela da tributação do estoque dos fundos exclusivos. Já no primeiro trimestre de 2024, arrecadação teve alta real de 8,4%, para R\$ 657,8 bilhões, valor também recorde para o período. Em fevereiro, a arrecadação havia crescido 12,3% mas, na visão do chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, é que preciso esperar “um pouco mais” para verificar se essa é uma tendência. “Uma quebra no índice [em março] não significa imediatamente uma desaceleração”, disse Malaquias em entrevista coletiva. Segundo ele, será possível ter uma visão mais clara a partir de maio. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Meta fiscal de 2024 não muda, mas precisa ser acompanhada, afirma Durigan

Poder Executivo | 24/04/2024 – 05h01min

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que uma mudança da meta fiscal de 2024 “não está em jogo”, mas é preciso acompanhar a evolução do ano para saber se será possível atingi-la. Um percalço no meio do caminho, disse, poder

ser a proposta que instituí um acréscimo salarial por tempo de serviço para carreiras jurídicas. Porém, o objetivo da equipe econômica segue sendo o de atingir o déficit zero ainda em 2024. “Isso não está em jogo. Não está em discussão [mudança na meta de] 2024. O que nós estamos fazendo agora é garantir que o Orçamento aprovado pelo Congresso em 2023 tenha o exato equilíbrio entre receitas e despesas”, disse em entrevista exclusiva ao Valor. Ele ponderou que, caso medidas não previstas no Orçamento pressionem as contas públicas, o plano de ação aprovado pelo Legislativo não conseguirá ser cumprido. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo estuda abertura de capital para micro e pequenas empresas

Poder Executivo | 23/04/2024 – 23h

A próxima medida de impacto do governo visando pequenos empreendedores é a proposição de uma lei que permite a abertura de capital para micro e pequenas empresas. A ideia já está sendo debatida por técnicos reunidos em grupos de trabalho no Ministério do Empreendedorismo, comandado por Márcio França, em conjunto com o Ministério da Fazenda. Uma vez estabelecidas as regras, que precisam passar pelo crivo do Congresso, as micro e pequenas empresas poderiam emitir papéis equivalentes às debêntures para atrair investidores privados que apostassem em seu crescimento. Com este selo, elas poderiam ter lastro para conseguir crédito mais barato nos bancos, acreditam integrantes da pasta do empreendedorismo. Segundo eles, França pretende apresentar a proposta a Lula (PT) dentro de três meses, para que ela possa ser enviada ao Congresso e, se aprovada, ser anunciada ainda em 2024. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Acordo de cooperação entre Defesa e BNDES pode gerar novas fontes de recursos

Poder Executivo | 23/04/2024 - 17h48min

O Ministério da Defesa (MD) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmaram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o objetivo de valorizar o patrimônio imobiliário sob administração das Forças Armadas. A iniciativa visa a otimizar a gestão dos bens e gerar receitas complementares, que poderão ser reinvestidas em ações institucionais, incluindo defesa e segurança. Participaram do ato o Ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, e o Diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa. O encontro ocorreu na terça-feira (22), na sede da pasta, em Brasília (DF). A parceria com o BNDES permitirá que especialistas do órgão analisem os ativos e proponham medidas ou ações para torná-los mais eficientes e sustentáveis. A intenção é reduzir despesas, racionalizar gastos e buscar alternativas para melhor aproveitamento econômico dos bens, como terrenos, edifícios e outras propriedades. Fonte: ASCOM MD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Lira diz que regulamentação do trabalho de motoristas não tinha votos para ir ao plenário

Poder Legislativo | 24/04/2024– 14h31min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o projeto de regulamentação dos motoristas de plataformas por aplicativo não tinha votos para ser aprovado em plenário, como reconheceu a própria base do governo, e por isso foi enviado para as comissões “para ver se sobrevive”. Segundo Lira, o texto será debatido pelas comissões por 60 dias para ver se encontra ambiente para avançar e mais apoio político. Ele

disse que tem dúvidas disso, contudo. “Não sei se o senhorzinho aposentado que faz o Uber como complementação de renda vai querer pagar previdência de novo como está no projeto”, afirmou. A proposta foi formulada após acordo no Grupo de Trabalho Tripartite, criado em maio de 2023 e coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com representantes dos trabalhadores, das empresas e do Governo Federal. Mas enfrentou muita resistência e críticas de diversos motoristas de aplicativos, o que fez com que o governo desistisse do requerimento de urgência, pelo menos momentaneamente. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Plano sugere criar secretaria especial para tornar país 100% digital

Poder Executivo | 24/04/2024– 14h21min

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o “Conselhão”, vai propor ao governo a criação de uma secretaria Especial para Transformação Digital, a partir do Plano Brasil Digital 2030+. A 1ª conversa do grupo com representantes federais está prevista para julho de 2024. O planejamento pretende digitalizar 100% do país em 6 anos. O grupo apresentou a 1ª versão do documento na 4ª feira (24.abr.2024). O novo órgão sugerido pede a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e orçamento próprio para que as ações necessárias sejam definidas e executadas. Os investimentos para a implementação do plano ainda serão mapeados. O conselho já teve um primeiro feedback interno do governo, que se mostrou animado com o planejamento. Espera-se que haja considerações e novas propostas devido aos problemas orçamentários atuais enfrentados pelo país. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Padilha e Rui Costa vão ao Senado se reunir com Pacheco e Lira sobre sessão de vetos

Poder Executivo | 24/04/2024– 13h51min

Os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil) vão ao Senado logo mais, às 15h30, se reunir com Rodrigo Pacheco e talvez Arthur Lira sobre a sessão do Congresso de quarta-feira (24) à noite que vai tratar sobre 32 vetos e pode impôr derrota ao governo. O governo tenta adiar a sessão do Congresso que tem na pauta temas como o montante destinado a emendas de comissão, a “saidinha” de presos e regras sobre o licenciamento de agrotóxicos. Há a expectativa de que Arthur Lira participe da reunião, que terá Padilha, a quem criticou duramente há duas semanas. Porém, no programa “Conversa com Bial”, da TV Globo, exibido na terça-feira (23), Lira reconheceu ter sido um “erro” chamar o ministro de “incompetente” e “desafeto pessoal”. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PL monta ofensiva para virar maior bancada do Senado e fortalecer oposição a Lula

Poder Legislativo | 24/04/2024 – 07h

O Partido Liberal (PL) montou uma ofensiva para tornar-se a maior bancada no Senado — posição ocupada pelo PSD — ainda em 2024, com o objetivo de fortalecer a oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para isso, terá de convencer ao menos três senadores a trocarem suas legendas atuais pela sigla de Valdemar Costa Neto. Os três senadores que estão na mira do PL são: Marcio Bittar (União Brasil-AC), cuja negociação deve ser concluída até dezembro; Alan Rick (União Brasil-AC); e Cleitinho (Republicanos-MG). O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vai ajudar no esforço de convencimento. A ideia é engordar a bancada ainda mais nas eleições de 2026, transformando o Senado em uma Casa de maioria bolsonarista. Fonte: O Estado de S. Paulo

Lula minimiza resultados negativos em pesquisas sob o argumento de que 'sabe o que está fazendo'

Poder Executivo | 24/04/2024 – 07h

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) minimizou os diversos resultados negativos do seu governo em pesquisas de opinião divulgadas nos primeiros meses de 2024. Em café da manhã com jornalistas na terça-feira, 23, Lula afirmou que “um político qualquer que tiver preocupação com pesquisa no começo do seu mandato efetivamente não está preparado para ser político”. Lula disse ter clareza de todas as promessas feitas durante a corrida presidencial e argumentou que é compreensível que os eleitores sintam frustração com o desempenho do governo em determinados momentos. “Quando sai uma pesquisa no primeiro ano de mandato é normal que a expectativa que não foi atendida gere um mau humor na sociedade”, afirmou. No início do mês de março, três institutos divulgaram pesquisas que apontaram queda na avaliação positiva do governo Lula. Quaest, Atlas/Intel e Ipec (antigo Ibope) indicam que mais entrevistados “desaprovam” a gestão do petista, enquanto os índices dos que avaliam o governo como “ruim” ou “péssimo” têm subido. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Lula quer usar inteligência artificial para monitorar popularidade nas redes

Poder Executivo | 24/04/2024 – 00h01min

O governo Luiz Inácio Lula da Silva planeja utilizar ferramentas de inteligência artificial para monitorar sua popularidade nas redes sociais usando um contrato de R\$ 197,7 milhões a ser firmado em 2024 pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) para a comunicação digital da gestão do PT. As quatro vencedoras da licitação serão divulgadas na quarta-feira (24). Como publicamos no último dia 17, trata-se da maior licitação da história da Esplanada para o setor de comunicação. Quatro agências ou consórcios serão escolhidos entre 24 licitantes. A proposta não leva em consideração o menor preço, e sim a melhor técnica. Cada uma teve que propor uma campanha para combater a desinformação e as fake news. O certame inclui 14 serviços divididos em 77 produtos. O uso da inteligência artificial será implementado na análise de “emoções” e “sentimentos” dos brasileiros nas redes sociais. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Governo lança campanha Autonomia Com Direitos, voltada a motoristas de aplicativos

Poder Executivo | 24/04/2024 – 15h11min

Governo Federal lança na quarta-feira, 24 de abril, a campanha Autonomia Com Direitos, voltada a informar motoristas de aplicativos e a sociedade em geral sobre os principais pontos do Projeto de Lei dos Motoristas de Aplicativo de quatro rodas (PL Complementar 12/2014). As peças serão divulgadas em redes sociais, portais, rádios e mídia exterior e foram elaboradas com tom informativo, de modo a esclarecer o que está sendo discutido entre motoristas ou em rodas de debates informais sobre o projeto. A comunicação é centrada no conceito “Autonomia com direitos. Você tem muito a ganhar”, e na frase “Isso é bom pra todo mundo”. O texto enviado ao Congresso Nacional assegura aos profissionais um ganho mínimo por hora trabalhada, o direito à aposentadoria, auxílio em caso de doença ou acidente de trabalho, licença-maternidade, além de trazer mais transparência na relação com as empresas. Fonte: ASCOM MTE

